

do Ibre: precisamos de mais empréstimos.

ileiro de Economia da FGV acha que só reescalonar a dívida externa não adianta. É preciso ampliar seu nível.

Conclusão
o Instituto Bras

O Brasil está sem dinheiro para pagar os 12 bilhões de dólares da conta de juros e remessa de capitais, pois dos US\$ 6 bilhões do saldo previsto da balança comercial, cerca de US\$ 4 bilhões serão absorvidos pelo déficit da conta serviços — na qual se inclui o pagamento de despesas de fretes, seguros, turismo e arrendamento. Não há outra saída a não ser fazer um novo empréstimo para cobrir a diferença.

Essa é a conclusão a que chegou a "Carta do Ibre", formulada com base na média de opiniões dos economistas do corpo permanente do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, entre os quais se incluem os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.

Essa situação, segundo a "Carta do Ibre", importará em que o reescalonamento da dívida externa somente será possível com ampliação do seu nível pelos próximos dois ou três anos, com financiamento completo ou quase completo de juros. Será igualmente necessário, dizem os economistas da "Carta do Ibre", partir para "uma razoável extensão de todos os prazos de amortização nos vencimentos futuros".

O Instituto Brasileiro de Economia argumenta ainda sobre a necessidade de ser devolvida aos credores externos a "confiança na eficácia do programa de reescalonamento", enquanto que os países credores esperam que o comércio internacional se ampliará no ritmo adequado ao cumprimento dos novos compromissos por eles assumidos.

Desvios

A "Carta do Ibre" também critica os desvios em relação à programação do balanço de pagamentos, assinalando que eles "ressaltam a necessidade já publicamente admitida pelo governo brasileiro, de negociação de créditos externos suplementares".

Entre os vários itens do balanço de pagamento cuja execução diverge das previsões iniciais, a "Carta do Ibre" enumera os seguintes, como os de maior importância: os juros da dívida, inicialmente calculados em US\$ 9 bilhões, poderão sofrer acréscimos de

US\$ 2 a US\$ 3 bilhões; a parcela de investimentos, projetada em US\$ 1,5 bilhão, deverá sofrer um provável corte de cerca de US\$ 1 bilhão; os créditos de fornecedores e instituições oficiais, previstos em US\$ 4,5 bilhões, com diferença para menos de US\$ 0,5 a US\$ 1 bilhão.

Naqueles três itens, segundo a "Carta do Ibre", a necessidade de recursos adicionais ao que fora negociado nos projetos 1 e 2, com os credores externos, "ascenderia a algo em torno de US\$ 3,5 a US\$ 5 bilhões". E ainda haveria o impacto negativo da redução das disponibilidades dos dois outros projetos: no número 3 (crédito comercial), uma diferença prevista de US\$ 1,5 bilhão; e no projeto 4, referente às linhas de financiamento interbancárias, a diferença não seria inferior a US\$ 2 bilhões em relação à reivindicação apresentada pelas autoridades brasileiras.

A "Carta do Ibre" destaca a reduzida abertura conseguida em relação ao comércio exterior, apesar de todo o esforço desenvolvido nos últimos anos para aumentar as exportações: "Relativamente ao seu tamanho econômico, o Brasil é hoje um dos países de menor comércio com o resto do mundo".

Também assinala a "Carta do Ibre" que a dívida externa brasileira, como proporção das exportações, é uma das mais altas do mundo, mesmo descontando as dificuldades enfrentadas pelo comércio exterior nos últimos anos, para expandir-se adequadamente. Assim, entre os dez países que mais devem no mundo, o Brasil é o segundo (antecedido pela Argentina), com a dívida externa representando 345% das exportações, de acordo com os valores de 1982. Na Argentina, essa relação atingiu 388%.

"Todos esses aspectos" — diz a "Carta do Ibre" — "devem ser levados em conta para justificar a conclusão de que o desempenho da balança comercial brasileira, em 1983, representa o máximo que o País pode exigir de si mesmo a curto prazo, e ainda assim realizando uma meta insuficiente para garantir uma estabilização do nível da dívida externa, como pretendiam inicialmente os credores".